



**IMPORTE**  
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA



# Política de Privacidade e de *Cookies*



## Registo de Edição e Revisão

| Aprovação e Revisão          | Função         | Data       | Rubrica |
|------------------------------|----------------|------------|---------|
| Senhor Eng. Henryk Miodonski | Administrador  | 18-05-2018 |         |
| Cristina Lobato Paula        | Administrativa | 18-05-2018 |         |
| Senhor Eng. Henryk Miodonski | Administrador  | 27-03-2023 |         |
| Cristina Lobato Paula        | Administrativa | 27-03-2023 |         |

| Edição |            | Revisão   |      | Pagina(s) | Resumo Alteração                             |
|--------|------------|-----------|------|-----------|--|
| Versão | Data       | Versão nº | Data |           |  |
| V0     | 18-05-2018 | --        | --   | --        | --   |
| V1     | 22-03-2023 | --        | --   | todas     | Reformulação política privacidade na íntegra |
|        |            |           |      |           |  |
|        |            |           |      |           |  |

| Cópia(s)<br>Controlada(s) distribuída(s)<br>a | Administração | Dir. Técnica | Comercial | Produção | Administrativo | Data       |
|---|---------------|--------------|-----------|----------|----------------|------------|
|   |               | X            | X         | X        | X              | X          |
|   | X             | X            | X         | X        | X              | 27-03-2023 |
|   |               |              |           |          |                |            |
|   |               |              |           |          |                |            |

**Obs.** este documento foi redigido em harmonia com o antigo acordo ortográfico.

[restante página intencionalmente deixada em branco]

## Índice

|      |  |    |
|------|--|----|
| --   | Capa .....   | 1  |
| --   | Registo de Edição e Revisão .....                          | 2  |
| --   | Termos e Condições de Utilização .....                     | 4  |
| 1.   | Introdução .....   |    |
| 1.1  | Objectivo .....  |    |
| 1.2  | Âmbito .....   | 5  |
| 1.3  | Compromisso .....  |    |
| 1.4  | Responsabilidades Associadas ao Documento .....            |    |
| 1.5  | Termos e Siglas .....                                      |    |
| 2.   | Política de Privacidade .....                              | 6  |
| 2.1  | Tratamento de Dados Pessoais .....                         | 7  |
| 2.2  | Categoria de Dados Pessoais Tratados .....                 |    |
| 2.3  | Fundamento para o Tratamento de Dados Pessoais .....       | 8  |
| 2.4  | Finalidades de Tratamento .....                            |    |
| 2.5  | Formas de Recolha de Dados Pessoais .....                  | 10 |
| 2.6  | Prazo(s) de Conservação .....                              |    |
| 2.7  | Avaliação de Impacto .....                                 | 11 |
| 2.8  | Direitos dos Titulares .....                               |    |
| 2.9  | Tratamento de Dados Pessoais no Âmbito da Actividade ..... | 12 |
| 2.10 | <i>Cookies</i> .....                                       |    |
| 2.11 | Encarregado da Protecção de Dados .....                    |    |
| 2.12 | Alterações à Política de Privacidade .....                 | 13 |
| --   | Referências .....  |    |

[restante página intencionalmente deixada em branco]



# IMPARTE

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA



## Política de Privacidade e Cookies

### Termos e Condições de Utilização

Termos e condições de utilização da página na internet da responsabilidade da **IMPARTE -Equipamentos de Segurança, S.A.**, abreviadamente designada como IMPARTE :

A IMPARTE respeita os princípios aplicáveis à protecção de dados, bem como assegura o estrito cumprimento do disposto no artigo 35.º da Constituição da República Portuguesa, no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD) - e na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do RGPD.

O acesso e utilização da informação disponível na nossa página na internet estão sujeitos às normas legais em vigor e aos termos gerais aqui estabelecidos, entendendo-se que todos os utilizadores à partida conhecem e aceitam os termos e condições de utilização.

Esta página na internet tem carácter informativo e também transaccional. Para efeitos de consulta de informação, a IMPARTE não exige qualquer registo ao utilizador quando este interage com esta página, podendo, no entanto, em situações excepcionais como por exemplo: pedido de informação ou pedido de orçamento(s), ser solicitada a identidade, endereço electrónico e telefone, estando os dados pessoais protegidos nos termos da lei, não podendo como tal ser revelados nem utilizados para outros fins.

Em termos transaccionais, para envio de dados, nomeadamente requerimentos e comunicações, é exigida a autenticação do utilizador. Para os pedidos de informação e pedido de orçamento(s) é igualmente solicitada autenticação do utilizador ou, alternativamente, a identidade e endereço electrónico.

A IMPARTE poderá utilizar cookies com o propósito de melhorar a qualidade do seu serviço, as funcionalidades disponibilizadas e a experiência dos utilizadores, não sendo utilizado qualquer tipo de tecnologia ou decisões automatizadas conducentes à definição de perfis. A não permissão da utilização de cookies em algumas das funcionalidades desta página na internet, poderá condicionar a sua performance e a experiência de utilização.

A informação contida nesta página pode ser reproduzida, contando que seja mencionada a fonte e se destine a fins não comerciais, tenha sido obtida licitamente e não esteja em conflito com dados protegidos.

A IMPARTE só tratará dos dados pessoais, se se verificar, pelo menos uma das situações abaixo indicadas:

- ⊕ Obrigação Legal: quando o tratamento for necessário para cumprimento de uma obrigação legal que lhe está legalmente cometida;
- ⊕ Exercício de Autoridade(s) Pública(s): quando o tratamento for necessário ao exercício de funções de autoridade pública;
- ⊕ Interesse Público: quando o tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público;
- ⊕ Interesse Legítimo: quando o tratamento for necessário para cumprimento de interesse legítimo da empresa;
- ⊕ Interesse Vital: quando o tratamento for necessário para cumprimento do interesse vital do titular dos dados;
- ⊕ Execução Contratual: quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- ⊕ Consentimento: quando o tratamento depender do consentimento livre, específico, informado e inequívoco do titular dos dados.

A IMPARTE designou um Encarregado da Protecção de Dados (EPD), nos termos da alínea a) do n.º 1 e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 37.º do RGPD, que os titulares de dados pessoais podem contactar relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, utilizando para o efeito comunicação escrita dirigida ao EPD para um dos seguintes endereços:

Endereço de correio electrónico: [geral@imparte.pt](mailto:geral@imparte.pt)

Endereço profissional: Edifício Imparte, Alto da Barrada, 2785-646 São Domingos de Rana, Cascais, Portugal

Em situação de conflito/dúvida não resolvido pelo EPD, a autoridade competente é a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), com o endereço de correio electrónico [geral@cnpd.pt](mailto:geral@cnpd.pt) e portal em <https://www.cnpd.pt>.

**Saiba mais sobre a Política de Privacidade da IMPARTE**

## Política de Privacidade e de Cookies

### 1. Introdução

#### 1.1 Objectivo

A Política de Privacidade tem como objectivo definir os princípios gerais e as regras a serem aplicadas pela **IMPORTE -Equipamentos de Segurança, S.A.**, como responsável pelo tratamento dos dados pessoais tratados no âmbito da sua actividade.

#### 1.2 Âmbito

O âmbito da Política de Privacidade aplica-se a todos os trabalhadores da IMPORTE (independentemente da sua carreira, categoria ou função, posição hierárquica ou vínculo contratual), co-responsáveis pelo tratamento, fornecedores e parceiros, e outros que tenham acesso a informação sensível da empresa .

#### 1.3 Compromisso

1.3.1 Proteger a segurança e a privacidade dos dados pessoais;

1.3.2 Comunicar de forma transparente sobre os dados pessoais que tratamos e em que condições;

1.3.3 Disponibilizar os mecanismos adequados para o exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais;

1.3.4 Respeitar o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 – RGPD – e restante legislação aplicável, incluindo a legislação nacional que complementa o RGPD.

#### 1.4 Responsabilidades associadas ao documento

Todos os trabalhadores e parceiros devem estar familiarizados e cumprir com a presente política aqui definida, bem como com as políticas operacionais, normas e procedimentos relevantes em cada caso, de forma a garantir a protecção da informação do negócio da IMPORTE , bem como da infraestrutura que a suporta, garantindo a respectiva confidencialidade, disponibilidade e integridade.

A Política de Privacidade é:

- a) Aprovada pela Administração/Gerência;
- b) Comunicada pelo EPD/DPO;
- c) Disponibilizada e afixada para consulta de todos os trabalhadores;
- d) Actualizada e revista pelo EPD/DPO e auditor interno.

#### 1.5 Termos e Siglas

| Termo ou sigla | Descrição   |
|----------------|---|
| PP             | Política de Privacidade   |
| IMPORTE        | IMPORTE -Equipamentos de Segurança, S.A.  |
| DPO            | <i>Data Protection Officer (DPO)</i> ou Encarregado de Protecção de Dados (EPD) |
| CNPD           | Comissão Nacional Protecção de Dados  |

## 2. Política de Privacidade

**A IMPORTE -Equipamentos de Segurança, S.A. valoriza a privacidade e a protecção de dados pessoais, dispondo de práticas e instrumentos no domínio da segurança e da protecção de dados pessoais.**

A IMPORTE respeita os princípios aplicáveis à protecção de dados, bem como assegura o estrito cumprimento do disposto no artigo 35.º da Constituição da República Portuguesa, no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD) - e na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do RGPD.

A IMPORTE aplica medidas de segurança (técnicas e organizativas) adequadas para garantir que o tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades autorizadas e para assegurar um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, em cumprimento do RGPD.

As referidas medidas de segurança contemplam:

- a) A organização da segurança da informação, incluindo a infraestrutura de segurança, identificação dos riscos e gestão da segurança de acesso à informação;
- b) A classificação e controlo dos recursos informáticos, nomeadamente o inventário de activos (*eg. software- "Primavera BSS-Business Software Solutions"*; Infraestrutura (*eg. escritórios, electricidade, ar condicionado* – porque estes activos podem causar perda de disponibilidade da informação).
- c) Os procedimentos de segurança a adoptar aquando da contratação e do fim da relação contratual dos recursos humanos;
- d) A segurança do ambiente físico, nomeadamente, a definição das zonas de segurança e a protecção do equipamento informático;
- e) A segurança das comunicações e operações, as quais definem:
  - ⊕ Procedimentos e responsabilidades operacionais;
  - ⊕ Procedimentos de manutenção dos sistemas;
  - ⊕ Procedimentos de gestão de incidentes;
  - ⊕ Procedimentos de recuperação;
  - ⊕ Controlos para a protecção contra código malicioso;
  - ⊕ Procedimentos de gestão de rede;
  - ⊕ Procedimentos de segurança no tratamento dos dispositivos de armazenamento da informação;
  - ⊕ Procedimentos para transferência de informação, incluindo o correio electrónico.
- f) Os procedimentos de controlo de acessos aos sistemas, nomeadamente:
  - ⊕ Requisitos para a sua concessão;
  - ⊕ Gestão dos acessos dos utilizadores;
  - ⊕ Responsabilidade dos utilizadores na protecção dos acessos e das credenciais que lhes são atribuídas;
  - ⊕ Controlos de acesso aos serviços de rede, incluindo ligações VPN a redes externas;
  - ⊕ Controlo do direccionamento do tráfego de rede;
  - ⊕ Controlos de acessos às aplicações;
  - ⊕ Sistema de monitorização de eventos e de detecção de intrusões;



- ⊕ Procedimentos para a computação móvel e teletrabalho.
- g) Procedimentos para a aquisição, desenvolvimento e manutenção de aplicações, os quais incluem:
  - ⊕ Requisitos de segurança de sistemas aplicativos;
  - ⊕ Controlos de gestão de alterações;
  - ⊕ Procedimentos para a segregação entre a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento e a infraestrutura de produção;
  - ⊕ Procedimentos para o planeamento de capacidades e aceitação dos sistemas;
  - ⊕ Protecção do processo de desenvolvimento e manutenção.
- h) Procedimentos para continuidade da actividade e recuperação em caso de desastre;
- i) Controlos de conformidade e observância dos requisitos legais.

Para a implementação destas medidas de segurança, além dos procedimentos supra descritos, estão instaladas e em funcionamento diversas ferramentas, mecanismos e sistemas que asseguram uma adequada protecção da informação mantida nos sistemas e em trânsito nas comunicações, como, a título de exemplo: antivírus, *firewalls*, *anti-spam*, etc.

## 2.1 Tratamento de Dados Pessoais

Constitui dado pessoal a informação, em qualquer suporte (físico ou tecnológico), relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados), incluindo o nome, número de identificação civil e fiscal, dados de localização ou outros elementos que permitam chegar à identificação dessa pessoa singular.

Enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais, à IMPARTE compete a decisão sobre quais os dados recolhidos, meios de tratamento e finalidades para que os dados são tratados, podendo na prossecução das suas atribuições legais recorrer a subcontratantes para tratar os mesmos por sua conta e sob sua responsabilidade.

## 2.2 Categoria de Dados Pessoais Tratados

Para a continuidade da sua missão, a IMPARTE trata os dados pessoais estritamente necessários e limitados em função da finalidade associada ao tratamento desses dados.

São exemplos de categorias de dados pessoais tratados pela IMPARTE:

- ⊕ Dados de identificação civil e fiscal;
- ⊕ Dados de domicílio e contacto(s);
- ⊕ Dados bancários, financeiros e fiscais;
- ⊕ Dados de formação e profissionais;
- ⊕ Dados familiares;
- ⊕ Dados de menores;
- ⊕ Dados especiais ou de natureza altamente pessoal;
- ⊕ Dados de condenações penais e infracções;
- ⊕ Dados de saúde.

[restante página intencionalmente deixada em branco]



A IMPORTE pode tratar categorias especiais de dados pessoais para prossecução da finalidade associada ao tratamento, designadamente quando o tratamento seja necessário em matéria de legislação laboral, segurança social, segurança e saúde no trabalho, por motivos relativos ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial, para efeitos de medicina no trabalho ou para fins estatísticos, aplicando esta autoridade, nestes casos, medidas técnicas e organizativas adequadas.

## 2.3 Fundamento para o Tratamento de Dados Pessoais

A IMPORTE só tratará dos dados se vier a verificar, pelo menos, uma das situações abaixo indicadas:

- 2.3.1 Obrigação legal: Quando o tratamento for necessário para cumprimento de uma obrigação legal que lhe está legalmente cometida;
- 2.3.2 Exercício de autoridades públicas: Quando o tratamento for necessário ao exercício de funções de autoridades públicas (eg. inspecção do trabalho);
- 2.3.3 Interesse público: Quando o tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público;
- 2.3.4 Interesse legítimo: Quando o tratamento for necessário para cumprimento de interesse legítimo;
- 2.3.5 Interesse vital: Quando o tratamento for necessário para cumprimento do interesse vital do titular dos dados;
- 2.3.6 Execução do contrato: Quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- 2.3.7 Consentimento: Quando o tratamento depender do consentimento livre, específico, informado e inequívoco do titular dos dados. Neste caso, o titular tem o direito de retirar a todo o tempo o consentimento prestado, sem comprometer a licitude do tratamento que tenha sido efectuado com base nesse consentimento, mediante pedido escrito dirigido à IMPORTE para o endereço de correio electrónico [geral@imparte.pt](mailto:geral@imparte.pt)

## 2.4 Finalidades de Tratamento

A IMPORTE trata os dados pessoais com as seguintes finalidades:

- 2.4.1 Recursos Humanos: recrutamento e selecção de recursos humanos, gestão de recursos humanos (assiduidade, gestão de horários, etc.), processamento salarial, avaliação de desempenho, promoção da segurança e saúde no trabalho, atribuição de benefícios sociais aos trabalhadores;
- 2.4.2 Aprovisionamento: recepção e tratamento de propostas apresentadas em procedimentos de aquisição, execução de contratos estabelecidos com fornecedores;
- 2.4.3 Recursos Financeiros: gestão de facturação/cobranças, autorizações de despesas e pagamentos;
- 2.4.4 Comunicação: divulgação de comunicações internas e externas;
- 2.4.5 Tecnologias de informação: recepção e tratamento de pedidos em suporte informático, monitorização dos sistemas informáticos, implementação de redes e sistemas tecnológicos;
- 2.4.6 Segurança física: controlo de acesso às instalações, videovigilância de acesso às instalações, controlo de acesso à informação em suporte físico;



- 2.4.7** Processos associados ao cumprimento da missão: realização de auditorias, inspeções, realização de inquéritos, sindicâncias e procedimentos disciplinares, recepção e análise de queixas, denúncias e participações (entre outras, *eg.* de assédio no local de trabalho, tratamento, análise e decisão de petições, reclamações e recursos);
- 2.4.8** Processos de apoio ao cumprimento da missão: estudos, planeamento e apoio à gestão (tratamento estatístico de dados para monitorização da actividade), edição e publicação de conteúdos; processamento de pedidos de informação e de esclarecimento.

| Finalidade                          | Fundamento   |
|-------------------------------------|--|
| Recursos Humanos                    | Cumprimento de obrigações legais e regulamentares      |
|                                     | Execução de contrato(s) e processos pré-contratuais    |
| Aprovisionamento                    | Cumprimento de obrigações legais e regulamentares      |
|                                     | Execução de contrato(s) e processos pré-contratuais    |
| Recursos Financeiros                | Cumprimento de obrigações legais e regulamentares      |
|                                     | Execução de contrato(s) e processos pré-contratuais    |
| Comunicação:<br>internas e externas | Cumprimento de obrigações legais e regulamentares      |
|                                     | Execução de contrato(s) e processos pré-contratuais    |
| Tecnologias de informação           | Interesse legítimo do responsável pelo tratamento      |
|                                     | Cumprimento de obrigações legais e regulamentares      |
|                                     | Execução de contrato(s) e processos pré-contratuais    |
| Segurança física                    | Interesse legítimo do responsável pelo tratamento      |
|                                     | Execução de contrato(s) e processos pré-contratuais    |
| Processos associados                | Cumprimento de obrigações legais e regulamentares      |
|                                     | Exercício de autoridades públicas ou interesse público |
|                                     | Defesa do interesse vital do titular dos dados         |
|                                     | Consentimento do titular dos dados                     |
| Processos de apoio adicionais       | Cumprimento de obrigações legais e regulamentares      |
|                                     | Consentimento do titular dos dados                     |

Os dados pessoais são unicamente transmitidos pela IMPORTE (*eg.* a entidades públicas nacionais ou comunitárias), para efeitos da finalidade do seu tratamento e no exercício das suas atribuições legais.

**Esclarece-se que a IMPORTE não partilha os dados pessoais com entidades externas, excepto se a isso for obrigada por lei ou decisão judicial.**

Pode, no entanto, comunicar informação que contenha dados pessoais a interessado que se encontre munido de autorização escrita do titular dos dados, explícita e específica quanto à finalidade e tipo de dados, ou que demonstre possuir um interesse legítimo, pessoal e directo, constitucionalmente protegido e suficientemente relevante que justifique o acesso pretendido, nos termos da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA - actualmente, a Lei n.º 26/2016, de 22 de Agosto.

A IMPORTE pode ainda comunicar ou permitir o acesso aos dados pessoais a entidades terceiras, como sejam consultores externos, ou subcontratantes, garantindo que cada uma destas entidades terceiras e subcontratantes assegura a confidencialidade dos dados pessoais, celebrando acordos de confidencialidade com as referidas entidades e obtendo declarações de confidencialidade dos colaboradores.

## 2.5 Formas de Recolha de Dados Pessoais

A IMPORTE recolhe dados de forma directa, dos titulares dos dados, e ainda de fontes públicas e privadas, incluindo entidades oficiais.

A IMPORTE recolhe dados pessoais presencialmente, por telefone, por escrito ou através de sistemas informáticos, incluindo, nomeadamente, quando os utilizadores visitam a nossa página *web*, subscrevem *newsletters*, respondem a inquéritos, são beneficiários de informação prestada presencialmente, por escrito ou por sistemas de videoconferência, preenchem formulários transaccionais ou outras funcionalidades, plataformas ou recursos disponibilizados em páginas *web*.

Todos os dados recolhidos através de formulários contêm as respectivas cláusulas de salvaguarda, que atendem às disposições dos regulamentos de protecção de dados e, em todos os casos, a IMPORTE apenas trata os dados pessoais considerados apropriados, relevantes e não excessivos, a fim de cumprir os propósitos específicos, explícitos e legítimos a que se destinam.

## 2.6 Prazo(s) de Conservação

Os dados pessoais tratados pela IMPORTE destinam-se, no estritamente necessário, ao cumprimento da missão e suas atribuições legais.

Informa-se que os trabalhadores desta empresa estão vinculados ao dever de sigilo e que esses dados são mantidos em condições de segurança durante o período necessário à prossecução da finalidade de tratamento e enquanto durar o prazo de conservação dos mesmos, fixados na Portaria n.º 182/2000, de 4 de Agosto (Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística), aplicável à classificação, avaliação, selecção, eliminação e conservação da informação arquivística, produzida no exercício de funções, bem como às das entidades integradas no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social dando origem a documentos e agregações, materializada em qualquer suporte.

Decorridos os prazos legais de preservação, os dados pessoais são eliminados em todos os suportes, sem prejuízo de alguns desses dados poderem ser conservados, por períodos mais longos, designadamente, para o exercício de um direito em processo judicial, para fins de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos, aplicando esta empresa, nestes casos, medidas técnicas e organizativas adequadas.

[restante página intencionalmente deixada em branco]

## 2.7 Avaliação de Impacto

A Avaliação de Impacto sobre a Protecção de Dados (AIPD) consiste num processo concebido para descrever as operações de tratamento e as finalidades das mesmas, avaliar a necessidade e proporcionalidade desse tratamento em função da missão, atribuições e competências e ajudar a gerir os riscos para os direitos e liberdades das pessoas singulares decorrentes do tratamento dos dados pessoais de que são titulares.

Este é um método que visa sobretudo a identificação e mitigação dos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais, mediante a adopção de medidas que permitam atenuar o impacto o negativo que aquele tratamento possa ter para os titulares.

Sempre que a IMPORTE pretenda levar a cabo operações de tratamento de dados pessoais que sejam susceptíveis de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares deverá realizar uma Avaliação de Impacto antes de iniciar o tratamento.

Com efeito, a IMPORTE compromete-se a conduzir tal avaliação sempre que trate categorias especiais de dados (origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados genéticos, , dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa), dados pessoais relacionados com condenações penais e infracções, ou dados de natureza altamente pessoal.

Incluem-se as situações em que estes dados sejam tratados para finalidade de arquivo de interesse público, investigação científica e histórica ou fins estatísticos (excepto se os tratamentos previstos e regulados por lei apresentem garantias adequadas dos direitos dos titulares) e se esses dados forem tratados com utilização de novas tecnologias ou nova utilização de tecnologias já existentes.

A IMPORTE servir-se-á destas avaliações para demonstrar o bom cumprimento do seu dever de protecção de dados pessoais, fazendo depender o tratamento do procedimento de consulta prévia, junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD), sempre que necessário.

## 2.8 Direitos dos Titulares

Nos termos da legislação aplicável e, em especial, do disposto nos artigos 13.º a 15.º do RGPD, a IMPORTE assegura o direito dos titulares à informação sobre o tratamento dos seus dados pessoais, sendo, ainda, permitido, a todo o tempo, ao titular dos dados, o acesso, rectificação, limitação, oposição e não sujeição a decisões individuais automatizadas, portabilidade e eliminação dos seus dados pessoais, podendo também opor-se ao seu tratamento, mediante pedido escrito dirigido para o endereço de correio electrónico [geral@imparte.pt](mailto:geral@imparte.pt).

Quando a IMPORTE verificar dúvida razoável quanto à identidade da pessoa singular que apresenta o pedido, pode solicitar que lhe seja prestada informação adicional para confirmar a veracidade da identidade do titular dos dados.

As informações são fornecidas pela IMPORTE a título gratuito, excepto quando os pedidos apresentados forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, caso em que a IMPORTE se reserva ao direito de exigir o pagamento de uma taxa ou de recusa a dar seguimento ao(s) pedido(s), cabendo-lhe demonstrar o carácter manifestamente infundado ou excessivo do(s) pedido(s).

[restante página intencionalmente deixada em branco]



Sempre que no exercício de atribuições legais a IMPARTE entender que carece de consentimento expresso do titular dos dados pessoais (eg. no âmbito da divulgação de eventos e/ou participação nos mesmos), o titular tem o direito de retirar a todo o tempo o consentimento prestado, sem comprometer a conformidade do tratamento que tenha sido efectuado com base nesse consentimento, mediante pedido escrito dirigido à IMPARTE S.A. para o endereço de correio [geral@imparte.pt](mailto:geral@imparte.pt).

Sem prejuízo do exercício dos direitos anteriormente referidos, o titular pode reclamar directamente à CNPD, utilizando os contactos referidos no sítio <https://www.cnpd.pt>.

Os dados pessoais estão protegidos tendo em conta a sua natureza, o âmbito, o contexto, as finalidades do tratamento, os riscos, e as técnicas mais avançadas.

Para tal são utilizadas as medidas de segurança adequadas.

No caso de violação dos dados e se a violação resultar num risco elevado para os direitos e liberdades do titular dos dados, a IMPARTE notificará a CNPD da violação, assim como o titular dos dados, nos termos do disposto nos artigos 33º e 34º do RGPD.

Esta Política de Privacidade não se aplica a produtos e serviços, nem a páginas Web de terceiros que possam ser acedidos através dos links que se encontram na nossa página Web para conveniência e/ou informação do utilizador.

## 2.9 Tratamento de Dados Pessoais no Âmbito da Actividade

O tratamento de dados pessoais pela IMPARTE, para fins de controlo e monitorização não carece de consentimento expresso dos titulares dos dados, por este tratamento posterior ser compatível, à luz do RGPD, com as finalidades para as quais os dados foram inicialmente recolhidos e por ser necessário ao exercício estatístico.

No corpo das informações e dos relatórios produzidos pela IMPARTE não constarão dados pessoais sujeitos a protecção, pelo que, quando se mostra pertinente a sua utilização, são preferencialmente usados métodos de encriptação por forma a evitar uma referência expressa.

A IMPARTE permite a terceiros o acesso, quando solicitado, aos seus relatórios e outros documentos administrativos que estejam na sua posse, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 26/2016, de 22/08, com as excepções previstas no ponto seguinte:

A IMPARTE só permite a terceiros o acesso a documentos em sua posse que contenham dados pessoais nas situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 26/2016, de 22/08, ou seja, quando o requerente estiver munido de autorização escrita do titular dos dados que seja explícita e específica quanto à sua finalidade e quanto ao tipo de dados a que quer aceder, ou se este demonstrar fundamentadamente ser titular de um interesse directo, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido suficientemente relevante, que justifique o acesso à informação.

## 2.10 Cookies

A IMPARTE poderá utilizar cookies na sua página web com o propósito de melhorar a qualidade do seu serviço, as funcionalidades disponibilizadas e a experiência dos utilizadores, não sendo utilizado qualquer tipo de tecnologia ou decisões automatizadas conducentes à definição de perfis.

A não permissão da utilização de cookies em algumas das funcionalidades da nossa página web, poderá condicionar a sua performance e a experiência de utilização.

Os cookies são pequenos ficheiros com informação alfanumérica que identificam os computadores (não os utilizadores) nos nossos servidores, não sendo por isso gravada qualquer informação pessoal dos nossos utilizadores, nem qualquer tipo de informação que permita a sua identificação.

## 2.11 Encarregado da Protecção de Dados

A IMPORTE designou um Encarregado da Protecção de Dados (EPD), nos termos da alínea a) do n.º 1 e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 37.º do RGPD, que os titulares de dados pessoais podem contactar relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, utilizando para o efeito comunicação escrita dirigida ao EPD para um dos seguintes contactos:

Endereço de correio electrónico: [geral@imparte.pt](mailto:geral@imparte.pt);

Endereço profissional: Edifício Imparte, Alto da Barrada, 2785-646 São Domingos de Rana

Em situação de conflito/dúvida não resolvido pelo EPD, a autoridade competente é a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), com o endereço de correio electrónico [geral@cnpd.pt](mailto:geral@cnpd.pt) e portal em <https://www.cnpd.pt>.

## 2.12 Alterações à Política de Privacidade

A IMPORTE reserva-se ao direito de, a qualquer altura, proceder a reajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas no seu *website* em [www.imparte.pt](http://www.imparte.pt) e/ou noutros canais que se considerem adequados.

[restante página intencionalmente deixada em branco]

---

## Referências:

### Bibliografia:

|                   |   |
|-------------------|---|
| Propriedade       | Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social |
| Autor(es)         | Autoridade para as Condições do Trabalho              |
| Título Publicação | Política de Privacidade;                              |
| Local/Apresent.   | ACT_SGSI_PLT_PP_V1_VERSAOSITE                         |
| Data              | Dezembro 2021   |

### Webgrafia:

|    |   |
|----|---|
| 1  | <a href="http://images.google.pt/">http://images.google.pt/</a> ; |
| -- | --  |